



30 de maio de 2022

ATIVIDADES REALIZADAS PELO SINDILEX

Campanha Salarial 2022



A campanha salarial dos servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas continua em andamento.

Os índices propostos pelas duas Casas (Câmara e TCM) e já contidos nos projetos de lei apresentados são os seguintes:

- **11% a partir de 1º de março de 2022;**
- **4,38% a partir de 1º de março de 2023;**
- **4,38% a partir de 1º de março de 2024.**

Obs. A metodologia de cálculo utilizada foi a de capitalização composta.

Os projetos de lei dos reajustes salariais são: 319/2022 da Câmara Municipal, e 325/2022 do Tribunal de Contas.

O projeto 319/2022, da Câmara, foi aprovado em segunda votação na última quarta-feira, 25/05.

Quanto ao projeto 325/2022 do TCM, o Relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Vereador Toninho Véspoli (PSOL), informou ao Sindilex que já terminou o Parecer favorável à matéria.

Campanha Salarial 2022



O Sindilex, através do seu presidente Daniel e de seu vice-presidente, Miguel Lima, irá conversar com a presidente da CCJ para que ela pautar o PL do reajuste na próxima reunião da Comissão que será na quarta-feira 01/06 às 14 horas.

Quanto aos demais projetos de lei do TCM parados na Câmara, esses também têm sido alvo de demanda do Sindilex e dos servidores junto aos Conselheiros para que gestões sejam feitas para a aprovação na Câmara. Tratam-se dos PLs 118/2019 e 293/2019.

Visando pressionar pela aprovação do PL 325/2022, o Sindilex convoca os servidores do Tribunal de Contas para mobilização que consiste em:

1. Presença na reunião do Colégio de Líderes no dia 31/maio, 14h, na Sala Tiradentes, 8º andar da Câmara Municipal.
2. Presença massiva na Sessão Plenária do Tribunal de Contas, dia 01/junho, às 9h30 (ou no início da Sessão caso ocorra atraso).

Sobre os benefícios

A respeito dos benefícios de auxílio alimentação e vale refeição, no dia 07 de maio passado, o Diário Oficial da Cidade publicou o Ato da Mesa Diretora da Câmara nº 1541/22 e a Decisão de Mesa nº 5011/22, em que reajusta o auxílio alimentação em 8,71% e atualiza o valor facial do VR para R\$ 60,00 (sessenta reais), respectivamente. Tais reajustes são retroativos a março de 2022, mês de nossa Data-Base.

O auxílio saúde foi reajustado na Câmara Municipal no último dia 27 de maio, através do Ato da Mesa nº 1544/22 que concede o reajuste de 9,82% aos valores e limites do auxílio previstos no art. 6º da Lei 16.936/2018.

Quanto ao TCM, o Secretário Geral informou ao Sindilex que pretende acompanhar os indicadores utilizados pela Câmara.

[Veja as pautas completas, acesse aqui](#)

VISITAS AOS SETORES TCM/SP E CÂMARA/SP

Tribunal de Contas

Nos dias 16 a 18 de maio, o presidente do Sindilex, Daniel Santos esteve presente no Tribunal de Contas, tendo conversado em setores da administração, visitado os gabinetes dos conselheiros e dialogado com os servidores sobre as reivindicações da data-base/2022.

Os plantões no TCM costumam ser realizados às quartas-feiras, pela manhã.

Câmara Municipal

No dia 17 de maio, o presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima estiveram presentes na reunião do Colégio de Líderes.

Gabinetes de vereadores

Para tratar das pautas de reivindicações, o Sindilex tem promovido reuniões e visitas aos gabinetes de vereadores.

16/maio

- Reunião no gabinete do vereador Antônio Donato, com a assessoria.
- Reunião no gabinete do vereador Adilson Amadeu, com a assessoria.

Observação: Entre os dias 19 e 27/maio o presidente Daniel Santos e o vice-presidente Miguel Lima estiveram afastados das atividades por estarem cumprindo isolamento devido à contaminação pela Covid19.

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



BOLETIM LEGISLATIVO PAULISTANO

Câmara realiza Audiência Pública ao projeto que aumenta o limite dos decibéis na cidade

Nesta quinta-feira, 26/05, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente realizou Audiência Pública para debater o aumento dos decibéis permitidos nas áreas que envolvem os estádios Allianz Parque (zona oeste), Morumbi (zona sul).

O projeto que contém o aumento dos decibéis é um substitutivo ao PL 239/2018 e foi apresentado pelo Vereador Fábio Riva, líder do governo na Câmara Municipal.

O substitutivo prevê subir de 55 para 85 decibéis o limite máximo entre 12h e 23h em eventos e shows nas chamadas Zonas de Ocupação Especial (ZOE).s).

A proposta tem revoltado as Associações de Moradores vizinhos aos estádios sob a alegação de que o atual limite já é muito alto. As Associações compareceram à Audiência Pública.

O PL 239/2019 já foi aprovado em primeira votação, exigindo apenas mais uma votação para se tornar lei.

[Acompanhe aqui mais sobre o Projeto de Lei](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



Foto: Afonso Braga | REDE CÂMARA SP

Câmara Municipal vota admissibilidade das denúncias de racismo contra vereador

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na terça-feira, 24/05, o parecer de admissibilidade das quatro representações que pedem a punição do vereador Camilo Cristóforo (Avante) por ato racista.

O processo retorna à Corregedoria do Legislativo paulistano que deverá colher a defesa do vereador acusado e, após finalizado, retorna ao Plenário para votação final.

O vereador Cristóforo foi oficialmente acusado de racismo após a reunião da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos Aplicativos, momento em que ao microfone pronunciou palavras de cunho racista.

Diversos movimentos anti-racistas ocuparam a frente do Palácio Anchieta exigindo a punição do vereador.

[Saiba mais sobre a denúncia](#)



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



Treinamentos MMD-TC

Entre os dias 25 e 27/maio, ocorreu o treinamento das comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC). O evento ocorreu de forma híbrida e foi promovido pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP) em conjunto com a Associação dos Membros de Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Estiveram presentes 231 servidores representantes dos diversos Tribunais de Contas espalhados pelo país.

O MMD-TC é um instrumento de avaliação que serve para verificar o desempenho dos Tribunais em relação a boas práticas e a diretrizes de qualidade.

Representa importante iniciativa de aperfeiçoamento do Controle Externo, sendo um dos projetos do Programa Qualidade dos Tribunais de Contas do Brasil.

ARTIGOS

Assembleia do Rio Grande do Sul aprova entrada do estado no RRF – Regime de Recuperação Fiscal

No dia 17/05 último, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o PLC2048 que viabiliza a entrada do estado no Regime de Recuperação Fiscal.

Em disputa acirrada, a votação atendeu a um pedido do governo do RS para ingressar no Regime de Recuperação Fiscal, feito em 29 de dezembro de 2021. Atualmente, somente Goiás está no Regime.

A centralidade dessa iniciativa é voltar a pagar a dívida com a União, suspensa por liminar do STF desde 2017 e repactuada até 2048.

Dívida para 50 anos. Dívida eterna. Dívida impagável!

A dívida está paga desde maio de 2013, retirando-se juros e trocando o IGPM pelo IPCA desde seu nascimento, no contrato de 1998.

Para autorizar o acesso ao RRF, o Ministério da Economia (GUEDES) determinou que o RS ajustasse sua Lei Estadual à lei do teto de gastos. Aqui, como na EC 95/16, todas as ações de finanças públicas voltam-se para garantir o pagamento dos juros da dívida, sem investimentos em saúde, educação, saneamento ou segurança pública, ou seja, bloqueia os investimentos em tudo o que diz respeito à vida.

De acordo com a proposta aprovada, o estado ficará limitado a aumentar os gastos no limite do IPCA apurado no ano anterior por 09 anos.

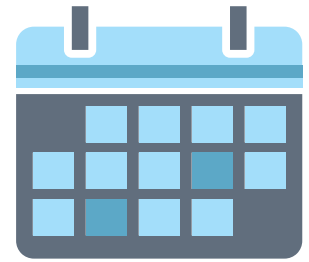
Nas Leis Federais Complementares 159 e 178, não há qualquer palavra destinada a garantir gastos em favor da população. Logo, não há recuperação fiscal que deva rimar com gastos sociais. Todas as afirmações são para determinar que o Estado pague a dívida.

A dívida comandará nossas vidas (e de SP, RJ e MG) até o ano de 2048. Alguém acredita que a luta da sociedade acabou? Que tudo o que nos cabe é suportar a destruição do sistema federativo, transformando o Estado em apêndice da União e a serviço do sistema financeiro. Cada centavo que pagarmos é usado para os juros da dívida federal.

Na linguagem dos gaúchos “Não tá morto quem peleia”. Seguiremos lutando para auditar a dívida e demonstrar que ela já está paga.

Amauri Perusso - Auditor de Controle Externo do TCE/RS e presidente da FENASTC

EVENTOS SINDILEX



Evento da Pública Central do Servidor

No dia 24 de maio, terça-feira, a Pública Central do Servidor levou ao ar, pelos canais Youtube, o debate com o Deputado Federal Paulo Teixeira (PT/SP).

O evento integra o plano da Pública de debater com vários deputados que apoiaram a luta dos servidores contra a PEC 32, abordando o tema “O Brasil que precisamos”.

O Sindilex participou ativamente do evento compondo a Mesa de Debates através de sua Diretora de Comunicação, Sônia Alves.

[Se perdeu, assista aqui](#)

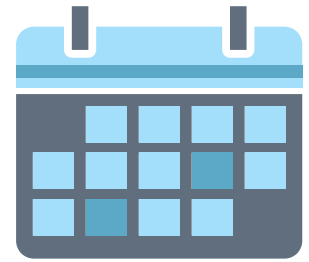
Evento da Escola Sindilex

No dia 25 de maio, quarta-feira, a Escola Sindilex promoveu o segundo Bloco do Ciclo de Debates Crise do Capitalismo e Desenvolvimento Nacional, com o tema “O Desenvolvimento Nacional é Possível?”

O evento online contou com a participação do ex-Ministro da Casa Civil José Dirceu e com os comentários de Amauri Perusso, presidente da FENASTC.

[Se perdeu, assista aqui](#)

EVENTOS SINDILEX



Evento da Conacate

No dia 26 de maio, quinta-feira, a Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate) promoveu uma LIVE sobre a “Importância das Estatais como instrumentos de desenvolvimento nacional”. Foram debatedores os deputados federais Patrus Ananias (PT-MG) e Ivan Valente (PSOL-SP) e o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto. A moderação foi promovida pela Procuradora-Geral do Município de Contagem-MG, Dra. Sarah Campos.

[Se perdeu, assista aqui](#)

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais.